



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 12/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

**PEC dos Precatórios: sindicatos entram na Justiça contra calote em aposentados e pensionistas**  
O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), a Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) ingressaram nessa segunda-feira (8) com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a PEC dos Precatórios não englobe os trabalhadores aposentados e pensionistas. Encaminhada ao Senado, a Proposta de Emenda à Constituição 23/2021 estabelece que as dívidas judiciais da União com pessoas físicas e jurídicas, que somam aproximadamente R\$ 90 bilhões e deveriam ser pagas em 2022, sejam parceladas.

A ação quer garantir que os aposentados e pensionistas não sejam lesados com a medida, apelidada de PEC do Calote. De acordo com a advogada Tonia Galleti, coordenadora do Departamento Jurídico do Sindnapi, esse pleito do sindicato é simplesmente “um pedido de justiça”. O governo vem estabelecendo a proposta como condição para garantir o Auxílio Brasil, que deve substituir Bolsa Família. Tonia Galleti explica, contudo, que o sindicato não é contra o Auxílio Brasil, mas sim tirar a verba de quem mais precisa.

A PEC dos Precatórios, que ameaça direitos de aposentados e pensionistas, foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira (9) e agora segue para votações no Senado. Para Tonia, se aprovada, a PEC será um calote institucionalizado no povo brasileiro.

“É desonesto com o brasileiro e com a brasileira, porque existem outros caminhos para viabilizarmos os benefícios assistenciais. E aí é implantado um novo benefício sem o custeio necessário e completamento eleitoral porque é um benefício temporário. Todo ano será essa labuta? Esse ano estão tirando os precatórios e no ano que vem vão tirar o quê para pagar o benefício em 2023?”, questiona. É desonestidade e uma irresponsabilidade não tratar a coisa pública e a fome das pessoas de maneira honesta, direta e concreta para eliminá-la e não apenas postergá-la”, adverte. **Saiba mais em redação: CNTI, sexta-feira 12 de novembro.**

### **Geração de emprego em São Paulo registra menor crescimento desde abril**

A geração de empregos no comércio de São Paulo desacelerou em setembro e registrou o menor crescimento mensal desde abril, segundo levantamento da FecomercioSP.

O saldo foi 15 mil vagas abertas com carteira assinada, resultado da diferença entre admissões (116.441) e demissões (101.564). Segundo a entidade, a inflação, os juros e o endividamento podem ter contribuído para o cenário.

No setor de serviços, a geração de empregos cresceu pelo nono mês seguido, com cerca de 52,7 mil novos postos em setembro, com destaque para as atividades administrativas, que incluem seleção e locação de mão de obra (12,8 mil vagas), e o segmento de alojamento e alimentação, influenciado por bares e restaurantes (10,4 mil). **Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 11 de novembro.**

### **Pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 233 bi na economia, diz Dieese**

Até dezembro de 2021, o pagamento do 13º salário tem o potencial de injetar na economia brasileira cerca de R\$ 232,6 bilhões. Este montante representa aproximadamente 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), aponta estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com o estudo, cerca de 83 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, de R\$ 2.539.

Entre os brasileiros que devem ser favorecidos com o pagamento do 13º salário, 51 milhões, ou 61% do total, são trabalhadores no mercado formal. Dentre eles estão os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que devem receber aproximadamente R\$ 155,6 bilhões, e aposentados ou pensionistas da Previdência Social (INSS), que receberão R\$ 45,4 bilhões. Aos aposentados e pensionistas da União serão destinados R\$ 11 bilhões; aos aposentados e pensionistas dos Estados, R\$ 15,8 bilhões; e aos aposentados e pensionistas dos regimes próprios dos municípios, R\$ 4,7 bilhões.

**Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 12 de novembro.**

## Inflação faz vendas no varejo caírem

Em mais um sinal de dificuldades na economia, o volume de vendas do varejo brasileiro voltou a cair em setembro, com baixa de 1,3% na comparação com agosto, informou nesta quinta-feira (11) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É o segundo recuo do comércio em sequência e o maior para o nono mês do ano na série histórica. A série começou em 2000.

O resultado negativo vem em um contexto de escalada da inflação, que eleva os custos de operação das empresas e diminui o poder de compra da população.

O comércio também ficou no vermelho frente a setembro de 2020. Nesse tipo de comparação, a queda foi de 5,5%, calcula o IBGE.

Analistas projetavam baixas menos intensas. Conforme pesquisa da agência Reuters, as expectativas eram de recuos de 0,6% na comparação mensal e de 4,25% sobre um ano antes.

"Neste momento, a inflação elevada e resiliente representa o principal obstáculo à sustentabilidade da recuperação do comércio. As fontes de pressão são diversificadas e contaminam uma quantidade cada vez maior de preços", afirmou a entidade.

A CNC ainda destaca o impacto negativo das restrições no orçamento das famílias. Isso ocorre no momento em que o setor poderia estar em uma situação mais confortável devido à queda nas medidas de isolamento impostas pela pandemia.

"As restrições orçamentárias da população, associadas ao quase esgotamento da capacidade de endividamento das pessoas físicas, deverão fazer com que o fluxo de consumidores no varejo contribua cada vez menos para o avanço das vendas nos próximos meses."

Na visão da entidade, o cenário para 2022 é desafiador por conta de fatores como a pressão de custos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 12 de novembro.

## Varejo eleva preços ao consumidor em 10,5%, diz CNC; média no atacado é de 21,4%

Os reajustes dos preços de produtos na porta de fábrica têm pressionado as margens de comercialização do varejo em todos os segmentos do setor. Nos nove primeiros meses de 2021, os preços dos produtos vendidos pelo varejo brasileiro acumularam uma alta média de 21,4% no atacado, mas o comércio repassou ao consumidor menos da metade do custo extra que teve com esses bens: o aumento de preços ao consumidor foi de 10,5%. Os cálculos são da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, os comerciantes pagaram 20,7% a mais pelas mercadorias no atacado, mas reajustaram seus preços ao consumidor em 10,4%.

"Os dez segmentos do varejo (ampliado) pesquisados pelo IBGE estão tendo que rachar essa alta de preços das mercadorias com o consumidor. Não tem demanda (que permita reajustes)", justificou o economista Fabio Bentes, responsável pelo levantamento da CNC

O cálculo considera informações da inflação da indústria medida pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP) e a inflação de cada segmento do comércio varejista obtida pela Pesquisa Mensal de Comércio, através da diferença entre receita nominal e volume vendido.

As demais variações foram em móveis e eletrodomésticos (alta de 16,4% no atacado e 7,3% ao consumidor), artigos de uso pessoal e doméstico (17,0% no atacado e 8,0% ao consumidor), hipermercados e supermercados (14,0% no atacado e 5,7% ao consumidor), farmácias e perfumarias (11,1% no atacado e 3,8% ao consumidor), combustíveis e lubrificantes (49,7% no atacado e 35,4% ao consumidor) e veículos (13,2% no atacado e 11,7% ao consumidor).

Bentes afirma que o ano de 2022 será desafiador para o varejo, não apenas por conta das incertezas sobre a evolução das receitas do setor, mas também por causa das pressões de custos.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 12 de novembro.